

ANEXO II

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

AMF - Demonstrativo I (LRF, Art. 4º, § 1º)

R\$ mil

ESPECIFICAÇÃO	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	29.987.071	28.388.782	0,569	31.351.959	28.232.592	0,595	33.059.466	28.382.314	0,628
Receitas Primárias (I)	28.317.465	26.808.165	0,538	29.720.793	26.763.719	0,564	31.751.754	27.259.614	0,603
Despesa Total	29.987.071	28.388.782	0,569	31.351.959	28.232.592	0,595	33.059.466	28.382.314	0,628
Despesas Primárias (II)	29.085.722	27.535.475	0,552	30.398.857	27.374.318	0,577	32.107.503	27.565.032	0,610
Resultado Primário (III) = (I - II)	-768.258	-727.310	(0,015)	-678.064	-610.600	(0,013)	-355.749	-305.418	(0,007)
Resultado Nominal	-458.892	-434.433	(0,009)	756.243	681.001	0,014	68.549	58.851	0,001
Dívida Pública Consolidada	6.570.888	6.220.664	0,125	7.456.893	6.714.968	0,142	7.660.770	6.576.948	0,145
Dívida Consolidada Líquida	3.975.645	3.763.746	0,075	4.731.888	4.261.088	0,090	4.800.437	4.121.286	0,091
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	348.787	330.197	0,007	637.417	573.997	0,012	636.020	546.038	0,012
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	-348.787	-330.197	(0,007)	-637.417	-573.997	(0,012)	-636.020	-546.038	(0,012)

cenário macroeconômico considerado:

VARIÁVEIS	2016	2017	2018
PIB real (crescimento % anual)	1,08	2,05	2,45
IPCA (% anual)	5,63	5,13	4,89
Projeção do PIB da União - R\$ milhares	5.266.269.515	5.733.439.629	6.275.296.959

ANEXO II - METODOLOGIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
Metodologia de cálculo das METAS E PROJEÇÕES FISCAIS
(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000)

ESPECIFICAÇÃO	2016		2017		2018	
	PIB (P1)	1,0108	PIB (P2)	1,0205	PIB (P3)	1,0245
	IPCA (I1)	1,0563	IPCA (I2)	1,0513	IPCA (I3)	1,0489
	PROJEÇÃO		PROJEÇÃO		PROJEÇÃO	
	corrente (A)	constante (B) = A/I1	corrente (C) = A*P2/I2	constante (D) = C/I1/I2	corrente (E) = C*P2/I2	constante (F) = E/I1/I2/I3
I - RECEITAS FISCAIS	-		-		-	
I.1 - Receitas Correntes + Capital (C)	29.987.071	28.388.782	31.351.959	28.232.592	33.059.466	28.382.314
I.1.1 - Receitas de Origem Tributária	15.993.909	15.141.446	17.517.961	15.775.009	19.274.211	16.547.355
I.1.1.1 - Receita Tributária ⁽¹⁾	15.511.680	14.684.919	16.989.303	15.298.950	18.705.030	16.058.700
I.1.1.2 - Outras Receitas de Origem Tributária ⁽¹⁾	482.230	456.527	528.658	476.059	569.181	488.655
I.1.2 - Transferências da União ⁽²⁾	7.393.290	6.999.233	7.146.323	6.435.298	7.123.355	6.115.565
I.1.3 - Demais Receitas ⁽³⁾	6.599.871	6.248.103	6.687.676	6.022.284	6.661.900	5.719.395
I.2 - Deduções (Receitas Financeiras)	1.669.606	1.580.617	1.631.166	1.468.873	1.307.712	1.122.701
I.2.1 - Aplicações Financeiras ⁽⁴⁾	323.047	305.829	346.581	312.098	372.644	319.924
I.2.2 - Operações de Crédito ⁽⁵⁾	1.260.273	1.193.101	1.199.522	1.080.175	843.608	724.257
I.2.3 - Alienação de Bens	7.000	6.627	-	-	-	-
I.2.4 - Amortizações	79.287	75.061	85.063	76.599	91.459	78.520
Total das Receitas Fiscais (I.1 - I.2) (A)	28.317.465	26.808.165	29.720.793	26.763.719	31.751.754	27.259.614
II - DESPESAS FISCAIS						
II.1 - Despesas Correntes + Capital (D)	29.987.071	28.388.782	31.351.959	28.232.592	33.059.466	28.382.314
II.1.1 - Pessoal e encargos ⁽⁶⁾	20.412.913	19.324.920	21.399.378	19.270.244	22.775.089	19.552.939
II.1.2 - Demais Despesas ⁽³⁾	9.574.158	9.063.862	9.952.581	8.962.348	10.284.378	8.829.375
II.2 - Deduções (Despesas Financeiras)	901.348	853.307	953.102	858.273	951.963	817.282
II.2.1 - Juros e Encargos da Dívida ⁽⁵⁾	343.403	325.100	356.907	321.397	349.091	299.703
II.2.2 - Amortização da Dívida ⁽⁵⁾	301.188	285.135	336.845	303.330	340.902	292.672
II.2.3 - Concessão de Empréstimos	256.757	243.072	259.350	233.546	261.970	224.907
II.2.4 - Aquis. de Título de Capital já Integr.	-	-	-	-	-	-
Total das Despesas Fiscais (II.1 - II.2) (B)	29.085.722	27.535.475	30.398.857	27.374.318	32.107.503	27.565.032
III - RESULTADO PRIMÁRIO (A - B)	-768.258	-727.310	-678.064	-610.600	-355.749	-305.418
IV - RESULTADO NOMINAL	-458.892	-434.433	756.243	681.001	68.549	58.851
V - DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA ⁽⁵⁾	6.570.888	6.220.664	7.456.893	6.714.968	7.660.770	6.576.948
VI - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ⁽⁵⁾	3.975.645	3.763.746	4.731.888	4.261.088	4.800.437	4.121.286

NOTAS:

- (1) As estimativas das Receitas de Origem Tributária, constituídas de impostos, taxas, dívida ativa dos tributos, multas e juros de mora dos tributos e da dívida ativa, para o período de 2016 à 2018, em valores correntes, foram informadas pela Secretaria de Estado de Fazenda.
- (2) Após a instituição do Fundo Constitucional pela Lei 10.633/2002, os recursos destinados a atender as áreas de segurança são gerenciados diretamente pela Esfera Federal, motivo pelo qual não consta do sistema contábil do Distrito Federal. Contudo, a partir de 2015, os recursos destinados a área de saúde e educação voltaram a ser contabilizados no Orçamento do Distrito Federal.
- (3) Os ajustes necessários para atingir o equilíbrio orçamentário, onde receita deve ser igual a despesa, foram alocados nas demais despesas (item II.1.2).
- (4) Foram consideradas como aplicações financeiras o total das contas: 1325.00.00 - remuneração de depósitos bancários das receitas patrimoniais e 1328.00.00 - remuneração dos investimentos do regime próprio de previdências dos servidores públicos do Distrito Federal.
- (5) Os valores das Operações de Crédito, de Juros e Encargos da Dívida, da Amortização da Dívida, da Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, para o período de 2016 a 2018 foram informados pela Subsecretaria do Tesouro/SEF.
- (6) As despesas com Pessoal e Encargos do Poder Executivo, referentes a 2016, foram obtidas a partir de estimativa, tendo por base o valor realizado no mês de março/2015, somadas ao crescimento vegetativo de 3,5% e, também, das despesas autorizadas a sofrerem acréscimos, tais como criação de cargo, reajustes e nomeações decorrentes de concurso público, constantes de anexo a esta Lei. Para 2017 e 2018, foram acrescidos os reajustes autorizados e o crescimento vegetativo. As despesas do Poder Legislativo foram elaboradas conforme informações fornecidas pela CLDF e TCDF, acrescidas das projeções para sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores. As despesas da Defensoria Pública compõem o montante do Poder Executivo e será programada na Lei Orçamentária conforme as disposições desta Lei.

Observações:

- 1) Para o cálculo do resultado nominal adotou-se o critério "abaixo da linha" que representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no final de cada exercício em relação ao apurado ao final do exercício, imediatamente, anterior.
- 2) Preços Constantes: a conversão de valores correntes para constantes foi realizada com o uso do IPCA, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência desta Lei.
- 3) As expectativas de mercado para a taxa de inflação (IPCA) e PIB, foram obtidos no site do **Banco Central do Brasil, na data de referência (24/04/2015)**.
- 4) O cálculo das Metas Anuais foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela Secretaria do Tesouro Nacional sendo indicativo para a manutenção do equilíbrio fiscal do período.